

Câmara Municipal de Bertioga

Estado de São Paulo

Estância Balneária

INDICAÇÃO Nº 406 / 12

Protocolo: 36.161
Data: 05/09/12 Hora: 08:23
Ofício: _____
Aprovado na 24 SO, realizada
em 04.09.12 51 adendo

Presidente

Assunto: Indica ao Senhor Prefeito de Bertioga a promulgação de Lei Ordinária para a transição de governo

Marcelo Heleno Vilares
Vereador

Referência: GV-CAM-IND-050/2012

Senhor Presidente,
Senhores Vereadores:

Caio Matheus, no uso de suas atribuições regimentais, vem perante Vossa Excelência, ouvido o Douto Plenário, apresentar a seguinte INDICAÇÃO:

Tendo em vista o que é preconizado no Artigo 37 da Constituição Federal, quanto aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade e publicidade, os quais devem estar sempre presentes na administração pública;

Tendo em vista que na transição de governo há a necessidade de se preservar a continuidade dos serviços prestados pelo município aos cidadãos, tais como atendimento de saúde, remoção de lixo, segurança, etc.;

Tendo em vista que vários municípios já editaram suas leis que tratam da transição, a fim de tornar o processo mais claro, objetivo e eficiente, seguindo o exemplo vivido, quando o governo federal ainda sob o comando do presidente Fernando Henrique Cardoso decidiu oferecer ao então candidato eleito para ocupar a presidência da república Luiz Inácio Lula da Silva, por achar importante fazer e não por uma obrigação legal;

Tendo em vista que Bertioga ainda não dispõe de lei neste sentido;

INDICO ao senhor Prefeito de Bertioga que tome a iniciativa de promulgar lei ordinária, objetivando facilitar as providencias para a transição, conforme modelo anexo, elaborado pelo CEPAM, apresentado em curso específico que tratou sobre a transição de governo, observados os preceitos regimentais, a qual vai devidamente subscrita,

Sala das Sessões, terça-feira, 04 de setembro de 2012.

Clayton Fernandes Baptista
Vereador

Caio Matheus
Vereador - PSDB

Marcelo Heleno Vilares
Vereador

Jurandyr José Teixeira das Neves
Vereador

Renato Faustino de Oliveira Filho
Vereador



Câmara Municipal de Bertioga

Estado de São Paulo

Estância Balneária

Projeto de Lei nº /2012

“Institui a transição democrática de governo no Município de Bertioga, dispõe sobre a formação da equipe de transição, define seu funcionamento e dá outras providências”

O prefeito do Município de Bertioga, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara aprovou e ele sanciona e promulga a presente Lei.

Artigo 1º Fica instituída no Município de Bertioga a transição democrática de governo nos termos previstos nesta Lei.

Parágrafo Único. Transição democrática de governo é o processo que objetiva propiciar condições para que o candidato eleito para o cargo de prefeito possa receber de seu antecessor todos os dados e informações necessários à implementação de seu programa de governo, inteirando-se do funcionamento dos órgãos e entidades que compõem a Administração local, permitindo ao eleito a preparação dos atos a serem editados após a posse.

Artigo 2º O processo de transição tem início tão logo a Justiça Eleitoral proclame o resultado oficial das eleições municipais e deve encerrar-se com a posse do candidato eleito.

§ 1º. Para o desenvolvimento do processo mencionado no caput, será formada uma Equipe de Transição, cuja composição atenderá ao disposto no artigo 3º desta Lei.

§ 2º As informações a que se refere o parágrafo único do Artigo 1º, poderão ser disponibilizadas antes do início do processo de transição, sem prejuízo do acesso do prefeito eleito a outras informações, na forma prevista no artigo 3º desta Lei.

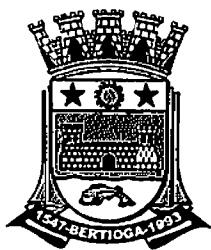
Artigo 3º O candidato eleito para o cargo de prefeito deverá indicar os membros de sua confiança que comporão a Equipe de Transição, com plenos poderes para representá-lo, a qual terá acesso às informações relativas às contas públicas, à dívida pública, ao inventário de bens, aos programas e aos projetos da Administração municipal, aos convênios e contratos administrativos bem como ao funcionamento dos órgãos e entidades da Administração direta e indireta do município e à relação de cargos, empregos e funções públicas, entre outras informações.

§ 1º A indicação a que se refere o caput será feita por ofício dirigido ao prefeito em exercício, no prazo máximo de dez dias após o conhecimento do resultado oficial das eleições.

§ 2º O número de membros a serem indicados para compor a Equipe de Transição, sem qualquer ônus para o município, fica a critério do prefeito eleito.

§ 3º O coordenador da Equipe de Transição será indicado pelo prefeito eleito.

§ 4º O prefeito em exercício indicará, para compor a Equipe de Transição, pessoa de sua confiança integrante do quadro funcional da Administração Pública.



Câmara Municipal de Bertioga

Estado de São Paulo

Estância Balneária

Artigo 4º Os pedidos de acesso às informações de que trata o artigo 3º desta Lei, qualquer que seja sua natureza, deverão ser formulados por escrito pelo coordenador da Equipe de Transição e dirigidos à autoridade indicada pelo prefeito a que se refere o § 4º do artigo 3º desta Lei, ao qual competirá, no prazo de dois dias, requisitar dos órgãos da Administração municipal os dados e informações solicitados e encaminhá-los, com a necessária precisão, no prazo de cinco dias, à coordenação da Equipe de Transição.

Parágrafo Único. Outras informações, consideradas relevantes pelo agente indicado pelo prefeito em exercício, sobre as atribuições e responsabilidades dos órgãos componentes da Administração direta e indireta do município, poderão ser prestadas juntamente com as mencionadas no caput.

Artigo 5º O atendimento às informações solicitadas pela coordenação da Equipe de Transição deverá ser objeto de especificação em cronograma agendado entre o coordenador da equipe e o representante do prefeito e deverão ser prestadas no prazo máximo previsto no caput do artigo 4º.

Artigo 6º Os membros indicados pelo prefeito eleito poderão reunir-se com outros agentes da prefeitura, para que sejam prestados os esclarecimentos que se fizerem necessários, desde que sem prejuízo dos trabalhos de encerramento de exercício e de final de mandato a cuja apresentação aos órgãos competentes se obriga a Administração local.

Parágrafo Único. As reuniões mencionadas no caput deverão ser agendadas e registradas em atas, sob a coordenação do representante do prefeito.

Artigo 7º O prefeito em exercício deverá garantir à Equipe de Transição a infraestrutura necessária ao desenvolvimento dos trabalhos, incluindo espaço físico adequado, equipamentos e pessoal que se fizerem necessários.

Artigo 8º Os membros da Equipe de Transição deverão manter sigilo dos dados e informações confidenciais a que tiverem acesso, sob pena de responsabilização, nos termos da legislação vigente.

Artigo 9º O Poder Executivo adotará as providências necessárias ao cumprimento do disposto nesta Lei.

Artigo 10º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.